



**CONTRATO Nº 54/2009 QUE SE CELEBRAM,
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA, DE UM
LADO A SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E
GESTÃO - SEPLAG E, DO OUTRO LADO A
EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E
REPRESENTAÇÕES LTDA ABAIXO
QUALIFICADA, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG, localizada na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/Nº - Ed. SEPLAG - Cambéba, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.691.976/0001-60, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretaria do Planejamento e Gestão, a Sra. Lúcia Carvalho Cidrão, RG nº 768370-SSP/CE, CPF 122663883-04, residente e domiciliada em Fortaleza/CE, e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Santa Rosália, 230, Bairro Messejana, Fortaleza/CE, CEP: 60871-060, Fone: 3276.4097, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por Marinalva Lima Pereira, portadora do RG sob o nº 2002010249637 - SSP/CE e CPF sob o nº 367.200.383-20, tendo em vista o resultado da licitação sob forma de Pregão Presencial, N.º 041/2009, conforme Processo Administrativo nº 09159513-4- SPU/SEPLAG, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual 28.089, de 10/01/2006, e, subsidiariamente os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, devidamente homologado pela autoridade competente, Sra. Desirée Custódio Mota Gondim, e a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços administrativos, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área de Gestão de Compras da CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no edital do Pregão Presencial nº 041/2009, compreendendo 05 empregados, sendo 3 Assessores Administrativos e 2 nas funções de Assistentes de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços, objeto deste contrato será realizado nas dependências da CONTRATANTE, sito a Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/Nº - Edifício SEPLAG - Cambéba, Fortaleza/CE.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º HTERO
TARELIÁ, ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.572.000/0001-07
Rua Major Paschoa, 879 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.2909
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011584 A presente cópia fotostática
confere com o original emitido nestas Notas Públicas
referido é verdadeiro Dou fé, Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,85 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

(-) Francisco de A. M. Correia - (-) Luiz M. Correia Neto
(-) Airlene L. Rodrigues - (-) Cesar Alexandr G. Rodrigues
(-) Jose Juci A. de Mesquita Filho - (-) Airlene Silva

DELEGAÇÃO - MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º HTERO



Carimbo em dados de alta segurança digital (DAA) em formato



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 176.487,72 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado a CONTRATADA, mensalmente, pela CONTRATANTE, após a realização dos serviços, devidamente atestado pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço e recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA que, preferencialmente deverá ser no BANCO BRADESCO.

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

6.1. O preço ofertado em função da taxa de administração será irrevogável;

6.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.3. Os reajustes resultantes do presente instrumento, correrão por conta do índice de reajuste da Convenção Coletiva de Asseto e Conservação.

6.4. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos financeiros correrão à conta da CONTRATANTE, cujos recursos serão proveniente da Dotação Orçamentária nº 46100002.04.122.400.21180.01.33903700.00.0.00 devendo ser desembolsados no período de duração do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO CONTRATUAL

8.1. O prazo de duração do contrato será contado a partir da data de assinatura do mesmo até completar 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da administração, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA presta, neste ato, garantia do cumprimento de suas obrigações contratuais, na modalidade de prego presencial (uma das previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado, conforme constante no item 13.1 do Edital.

9.2. A Garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro corrigida monetariamente.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTOPJ
TASSELIA ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.873.000/0001-87
Rua Major Paschoa, 870 - Centro - CEP: 60.020-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3404.0000
E-mail: mcorais@cartorio.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011984 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,58 - BELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Luis M. Correia Neto
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre R. Rodrigues
() - Jose José A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva da Silva - Escrivão

Op. 2020 - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



Confirme a veracidade das notas em
www.cartorio.com.br



CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Indicar um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

10.2. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;

10.4. Planejar, executar, coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades, visando o perfeito e total cumprimento do objeto desta licitação;

10.5. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas;

10.6. Reembolsar a Contratada os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da Contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no Art. 65, da Lei 8.666/93;

10.7. Reembolsar à Contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso;

10.8. Solicitar que a Contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da Contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no Art. 65, da Lei 8.666/93;

10.9. Fixar a data para a realização do **pagamento dos terceirizados**, inclusive dos vales alimentação, vales transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído à categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. MANTER, durante todo o período de duração do contrato, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da contratada no intercâmbio financeiro e de recursos humanos;

11.2. REALIZAR o pagamento dos terceirizados na data fixada pela contratante, inclusive dos vales alimentação, vales transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído a categoria. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela CONTRATANTE;

11.3. MANTER durante toda a duração do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na Lei de Licitações;

11.4. Caberá a CONTRATADA providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da CONTRATANTE, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE;

11.5. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOP
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.871.700/0001-67
Rua Major Paschoa, 571 - Centro - CEP: 61.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.8000
e-mail: mcorais@correia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011584 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestes Notas Públicas. O
referido é verificado Dou. fa. Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,69 - SELO AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Luiz M. Correia Neto
() - Arlene L. Rodrigues - () - César Alexandre G. Rodrigues
() - José Juci A. de Mesquita Filho - () - Adriane Silva de Brito - Secretantes

ORIGINAL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Confira os dados do ato em
relatório que faz integral





licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;

11.6. A CONTRATADA responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências relativas ao objeto contratual, respondendo, especificamente, pelo fiel cumprimento das Leis Trabalhistas e Legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para executar os serviços contratados;

11.7. A empresa CONTRATADA assumirá as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

11.8. É de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a integral observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida;

11.9. Apresentar mensalmente à CONTRATANTE, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere ao CONTRATANTE;

11.10. Na vigência do contrato, a contratada terá o prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados mensalmente, para comprovar junto à contratante, todos os pagamentos legais e obrigatórios efetuados, inerentes a execução do objeto contratual;

11.11. O pagamento ficará condicionado a comprovação de quitação das obrigações contidas no subitem 11.7.

11.12. A empresa CONTRATADA obrigar-se-á a apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução dos serviços deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Gestão de Compras-COGECE da SEPLAG, por meio da servidora Carmen Silvia de Castro Cavalcante matrícula n.º 002832-15 especialmente designado para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no art. 67 da lei 8.666/93, que anotarás em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



ASSIN/SEPLAG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º WTPU
TABELA: AROELI MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.840/0001-87
Rua Vitor Fagundes, 574 - Centro - CEP: 60.225-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3494.5280
E-mail: marianacorreia@moraiscorreia.com.br

ESTADO DE ANGELA MARIA ARAUJO
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO - Centro - CEP: 60.225-100
Rua Major Fausto, 974 - Centro - CEP: 60.225-100
E-mail: marianaraujo@netnet.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011584 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas Q
referido à veracidade Dou-lo, Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,58 - SEL 3 AUTENTICAÇÃO

(-) Francisco de A. M. Correia - (-) Lula M. Correia Neto
(-) Arlene L. Rodrigues - (-) Cesar Alexandre G. Rodrigues
(-) José José A. de Mesquita Filho - (-) Adriano Silva de Brito - Experiência
de João - Voto de João de Mesquita Filho de Mesquita Filho





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações estará sujeito sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e criminal, as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência, quando do descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarrete grande prejuízo à execução do contrato e à administração.
- b) Multas estipuladas na forma a seguir:
 - I. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor global estimado do contrato, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;
 - II. 10% (dez por cento) após o trigésimo dia de atraso sobre o valor global estimado, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;
 - III. 10% (dez por cento) sobre o valor global estimado, no caso de desistência de realizar os serviços com o consequente cancelamento da NE (Nota de Empenho).
- c) Suspensão Temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

13.2. A Suspensão Temporária que trata a alínea "c" do item 13.1 poderá ocorrer mediante condições previstas no Art. 32 do Decreto Estadual nº 28.089/2006.

13.3. A Declaração Inidônea que trata a alínea "d" do item 13.1 se dará na ocorrência dos seguintes casos:

- I. Quando constatada a má-fé em prejuízo da Administração, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Administração ou, ainda, aplicações anteriores e sucessivas de outras sanções.
- II. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- III. Praticar atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato.
- IV. Se comprovada a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. As penalidades que tratam as alíneas "c" e "d" do item 13.1 serão obrigatoriamente registradas no CRC - SEPLAG, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.5. A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento da CONTRATANTE, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

13.6. As multas que não forem possíveis descontadas na garantia da CONTRATADA ou por ocasião do pagamento, serão recolhidas, voluntariamente, por meio de DAE - Documento de Arrecadação Estadual, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome do órgão competente. Se não o fizer, será cobrado em processo de execução.

13.7. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, garantindo sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1988, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no § 2º do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.



ASPLAG/SEPLAG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 2º OFÍCIO DE NOTAS E 2ª RTOPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 04.573.000/0001-07
Rua Major Paschoa, 575 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.5508
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011594 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou M. Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,88 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Luiz M. Correia Neto
() - Airlene L. Rodrigues - () - César Alexandre G. Rodrigues
() - José José A. de Mesquita Filho - () - Antônio Silva de Brito - Desembargador
do TJRN - VAIADO SOLENTE COM ASSESSORAMENTO

Confira os dados do ato em
www.tjrn.br/portal





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

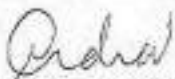
14.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, do qual extrairam-se 02(d) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 01 de outubro de 2009.


Lúcia Carvalho Cidrão
Secretária Executiva da SEPLAG


Merinalva Lima Pereira
Representante Legal

Testemunhas:

1.

RG:
CPF:

02

RG:
CPF:




SEPLAG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORMIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ANGELO MARIA DE ASSIS MORAIS CORRÊA - CNPJ: 06.573.400/0001-07
Rua Major Paschoa, 575 - Centro - CEP: 60.081-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.3900
E-mail: mormiscorrea@mormiscorrea.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011584 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 04 de Fevereiro de
2020 Emolumento R\$ 2,68 - SELO AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Corrêa - () - Luiz M. Corrêa Neto
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Jaci A. de Mesquita Filho - () - Adriana Silva

De: [assinatura] - VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



dados do ato em
Ligação por Internet

Nome	Parentesco	CPF	Valor R\$
Tatiane Aires Melo	Filha	602403007	542,25

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, em Fortaleza, aos 16 de 10 de 2009.

Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO

*** **

O(A) SECRETÁRIO(A) DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº072157224/SPU, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.40, §§7º, inciso I, 2º e 18, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, art.157, com a redação dada pela Lei nº13.378, de 21 de junho de 2005 e art.9º da Lei Complementar nº38 de 31 de dezembro de 2003, ao(s) DEPENDENTE(S) do(a) ex-servidor(a) LUIZ CARLOS BATISTA DA ROCHA, CPF Nº20208090363, lotado(a) no(a) Superintendência da Polícia Civil, onde percebia a remuneração do(a) função de OFICIAL DE MANUTENÇÃO, nível/referência 18, matrícula nº201100101167219, com óbito em 02/06/2007, pensão mensal no valor de R\$526,77 (Quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos) correspondente a totalidade dos proventos do falecido servidor, a partir de 02/06/2007, a ser rateada conforme descrição abaixo indicada, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 02/01/2008: Nome: FERNANDA ANTÔNIA SILVA DA ROCHA; Parentesco: viúva; CPF: 506.317.723-91; Valor: R\$263,38; Nome: GABRIELA DE SOUZA BRAGA; Parentesco: filha menor; CPF: 042.364.933-73; Valor: R\$263,38; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, em Fortaleza, 05 de 10 de 2009.

Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.3º da Lei Nº14.480, de 15 de setembro de 2009, que dispõe sobre o processo de concessão da medalha e do prêmio do mérito funcional, RESOLVE DESIGNAR a COMISSÃO COORDENADORA composta pelos SERVIDORES: FILOMENA MARIA LOBO NEIVA SANTOS (DIRETORA DA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - EGP), FRANCISCO CESAR MACHADO PIMENTEL (REPRESENTANTE DA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - EGP), ARISTÉLIO DE OLIVEIRA GURGEL (REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - MOVAS), LUIZ EDUARDO MAIA GADELHA (REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA), FRANCISCO MÁRCIO CAVALCANTE MAMEDE (REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA) para, sob a presidência do primeiro, apreciar a relevância das ações realizadas, oriundas dos Órgãos/Entidades, coordenar o processo seletivo, bem como dirimir eventuais dúvidas sobre a concessão da Medalha do Mérito Funcional a Servidores Públicos Estaduais. PALÁCIO IRACEMA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de outubro de 2009 Cid Ferreira Gomes GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Registre-se e publique-se. PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de outubro de 2009.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº787/2009 - A SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº09296874-0/SPU, RESOLVE com fundamento no Decreto nº28.619, de 07 de fevereiro de 2007 e posteriores alterações, autorizar a CESSÃO do servidor FRANCISCO

DE ASSIS SARAIVA SALES, Professor Especializado, referência 24, matrícula nº771.41-1-4, lotado na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação do Município de Itapajé, com ressarcimento para origem, a partir de 01 de Julho de 2009 até 31 de dezembro de 2010. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de outubro de 2009.

Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº788/2009 - A SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº09297122-9/SPU, RESOLVE com fundamento no Decreto nº28.619, de 07 de fevereiro de 2007 e posteriores alterações, autorizar a CESSÃO da servidora MARIA APARECIDA NICODEMOS, Agente de Administração, referência 18, matrícula nº861-1-8, lotada na Secretaria de Esportes do Estado do Ceará, para exercer o cargo de provimento em comissão de Suplente, simbologia DAS-3, na Comissão Permanente de Execução das Licitações, vinculada ao Gabinete da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com ressarcimento para origem, a partir da Data de Publicação até 31 de dezembro de 2010. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de outubro de 2009.

Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO

Registre-se e publique-se.

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 054/2009

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Serviços administrativos, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área de Gestão de Compras da CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no edital do Pregão Presencial nº041/2009, compreendendo 65 empregados, sendo 3 Assessores Administrativos e 2 nas funções de Assistentes de Administração. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual 28.089, de 10/01/2006, e, subsidiariamente os dispositivos da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores. FORO: Cidade de Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$176.487,72 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos) pagos em períodos mensais, pela CONTRATANTE, após a realização dos serviços, devidamente atestado pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 46100002.04.122.400.21180.01.33903700.00.0.00. DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2009. SIGNATÁRIOS: Lúcia Carvalho Cidrão - Secretária Executiva da SEPLAG e Marivalva Lima Pereira - Representante Legal.

Gerardo Márcio Maia Malveira

PROCURADOR/COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA. OBJETO: Cooperação Técnica e/ou Administrativa, com vistas à cessão de servidores. ÔNUS: origem. VIGÊNCIA: A partir de 01 de outubro de 2009 e término em 30 de novembro de 2010. FORO: Fortaleza - Ce. DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro de 2009. ASSINATURAS: Desirée Custódio Mota Gondim - Secretária do Planejamento e Gestão e José Roberto Franklin Cavalcante - Prefeito Municipal de Pacatuba.

Gerardo Márcio Maia Malveira
COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **



or

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 3º RTORJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.503/0001-87
Rua Major Paschoa, 678 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3486.8508
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.gov.br

AUTENTICAÇÃO Nº 011584 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é versado Dou. 10 Fortaleza, 04 de fevereiro de
2020 Emolumentos R\$ 2,88 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

- (-) Francisco de A. M. Correia - (-) Lula M. Correia Neto
- (-) Arlene L. Rodrigues - (-) Cesar Alexandre G. Rodrigues
- (-) José José A. de Mesquita Filho - (-) Adriano S. de

Col. João - VÁLID SOBRENTE DE ARQUIVAMENTO



Verifique os dados do ato em
Autenticar.com.br